

O ENTORNO DO DISTRITO FEDERAL: UMA ANÁLISE DA IDÉIA DE DEPENDÊNCIA

Tadeu Alencar ARRAIS¹

Resumo

A região do Entorno do DF comparece com frequência ao debate político acadêmico como causadora dos problemas do Distrito Federal. Esses problemas vão da pressão nos serviços públicos de saúde e educação, passando pelo desemprego até a criminalidade. A partir da discussão da formação regional, tendo como foco a migração e a mobilidade pendular, buscaremos subsídios para comprovar a hipótese de que existem importantes complementaridades econômicas e ambientais entre os municípios do Entorno e o DF. Essa discussão reforça o debate acerca da necessidade de políticas governamentais integradas entre as várias escalas de governo e coloca dúvidas na idéia de que os municípios do Entorno do Distrito Federal não só dependem do DF, mas são responsáveis por parte dos seus problemas.

Palavras-chave: Entorno do Distrito Federal. Mobilidade populacional. Dependência econômica.

Abstract

The surroundings of the Federal District: an analysis of the notion of dependence

The Federal District's surrounding area is frequently referred to in academic political debates as the source of problems which occur in the Federal District. These problems range from pressure in public health and education services to unemployment and even criminality. By discussing regional formation and focusing on migration and pendular mobility, this study seeks evidence to support the hypothesis that there are important economic and environmental complementarities between municipalities in the surroundings and the Federal District. Such a discussion reinforces the debate over the need for governmental policies that are integrated between several governmental spheres. In addition, it places doubts in the idea that the municipalities in the surroundings of the Federal District not only depend on the latter but are also responsible for some of its problems.

Key-words: Surroundings of the Federal District. Population mobility. Economic dependence.

¹ Professor Adjunto – IESA/UFG - tadeuarrais@ibest.com.br - Rua 14 A, Q. 50 A, Lt. 25/27, Apartamento 1803, Res. Eldorado, CEP: 74070-110, Goiânia - Goiás

IMPACTOS REGIONAIS DA CONSTRUÇÃO DE BRASÍLIA

E João aceitou sua proposta e num ônibus entrou no Planalto Central

Ele ficou bestificado com a cidade
Saindo da rodoviária, viu as luzes de Natal.
- Meu Deus, mas que cidade linda,
No ano-novo eu começo a trabalhar.
Cortar madeira, aprendiz de carpinteiro
Ganhava cem mil por mês em Taguatinga.

Faroste Caboclo, Legião Urbana

O impacto da construção de Brasília na região Centro-Oeste e, mais especificamente no território goiano, pode ser avaliado por diversos ângulos. No campo da economia, por exemplo, é inegável que Brasília impulsionou o mercado da construção civil, o setor de comércio e de serviços. Entretanto, o parâmetro de análise mais comum tem sido o demográfico. Em 1957, momento em que se inicia a construção, o território do DF abrigava 12.228 habitantes, passando para 64.341 em 1959 e 140.166 em 1960, ano da inauguração de Brasília. Em 1970, Brasília já contabilizava 537.489 habitantes. Esse foi um movimento sem precedentes no Centro-Norte brasileiro.

Logo após a inauguração, passam a ocorrer, concomitantemente, dois processos com impacto direto no espaço regional. O primeiro foi a continuação do fluxo migratório, com a progressiva chegada de migrantes pobres. O segundo foi a retração do mercado de trabalho, especialmente na construção civil, que absorvia parte da população migrante. Sem trabalho, a população foi se deslocando para locais cada vez mais distantes do Plano Piloto.

A crescente demanda por moradia motivou o surgimento das cidades satélites. Algumas delas, como Núcleo Bandeirante e Taguatinga, nasceram antes da inauguração de Brasília. Do ponto de vista do tecido urbano, esse movimento foi o germe de uma futura estrutura polinucleada no espaço intra-urbano do DF. De 1960 até 2005, em diferentes circunstâncias, foram criadas mais de 20 cidades satélites, atualmente chamadas de Regiões Administrativas². Essas Regiões Administrativas consolidaram faixas de povoamento diferenciais no território do DF que coincidiram com os eixos rodoviários interestaduais, aproximando, cada vez mais, a sua mancha urbana da fronteira goiana sul/sudoeste. Não por acaso, as Regiões Administrativas mais populosas são Ceilândia, Taguatinga, Samambaia e Brasília. A saída para os municípios goianos estava criada. As rodovias federais BR-040 (acesso para Luziânia e Valparaíso de Goiás, no vetor sudeste), a BR-060 (acesso para Santo Antônio do Descoberto, no vetor sudoeste), a BR-070 (acesso para Águas Lindas de Goiás, no vetor oeste) e a BR-020 (acesso para Formosa, no vetor nordeste) formam a tessitura básica da articulação do DF com os municípios goianos. Esses vetores coincidem com as estruturas territoriais dinamizadoras do DF, já caracterizadas por Anjos (2003). As rodovias, que tinham o propósito de integrar as diferentes regiões do país à capital nacional, acabaram, também, favorecendo os fluxos com o espaço regional imediato. Assim nasce o Entorno do DF.

² A denominação Região Administrativa é resultado da peculiar estrutura político-administrativa do Distrito Federal. No DF, não existem municípios e nem a figura do prefeito. A administração de cada Região Administrativa fica a cargo do Administrador Regional que é indicado pelo Governador do Distrito Federal. Essas mudanças ocorreram com a lei 4.545, de 1964.

A PROBLEMÁTICA DEMOGRÁFICA: SURGE O ENTORNO DO DF

Muito embora a edificação tenha iniciado na década de 1950, só quando Brasília fica "madura" é que se percebe seu verdadeiro impacto regional, dos quais o mais visível foi o demográfico. Santos (1965) identificou, já na década de 1960, esse processo. Ao adjetivar Brasília como "a cidade sem região", este autor alertou para o fato de que sua região estava se estruturando, na medida em que a população começava a vazar pelo ladrão. Na década de 1970, o município mais populoso do Entorno do DF era Pirenópolis, com 32.065, seguido por Formosa e Luziânia, com 28.874 e 27.785 habitantes, respectivamente. Em 1980, Luziânia começa a crescer em índices superiores, para chegar em 1991 a 207.674 habitantes (IBGE). Onde estava essa população migrante que, ao anúncio dos dados demográficos do ano de 2000, despertou interesse da comunidade acadêmica? Sempre estiveram ali perto, mas até então não haviam atravessado a fronteira.

A população do Entorno do DF foi formada, especialmente nas primeiras décadas, por migrantes de segunda origem, o que alterou completamente o perfil de uma região que até a década de 1950 era composta por municípios cujo sítio urbano ainda denunciava sua origem colonial, a exemplo de Pirenópolis, Corumbá de Goiás, Luziânia, Planaltina de Goiás, Formosa e Cristalina. A transição demográfica pode ser traduzida pelos seguintes números: em 1940, a região abrigava 78.245 habitantes, passando para 99.980 em 1950, e para 105.953 em 1960. Nesse mesmo ano, é bom lembrar que Brasília ultrapassava os 130 mil habitantes. Em 1970, a população da região passa para 162.373 habitantes, em 1980, para 255.721 e, em 1991, para 472.586, pulando para 810.701 em 2000. Consta-se que até a década de 1990 o crescimento demográfico da região do Entorno do foi proporcionalmente inferior ao do DF. Para se ter uma idéia, em 1960, a população do Entorno do DF correspondia a 75,79% da população do DF. Em 1970, essa porcentagem caiu para 30,16% e, em 1980, para 21,72%. A partir de 1991 os dados registram um crescimento progressivo na participação da população do Entorno do DF em relação ao DF, passando para 29,60% em 1991 e 39,52% em 2000. Na estimativa de 2006, comparada com a de 2000, o crescimento populacional foi maior nos municípios de Águas Lindas de Goiás (8,12%), Santo Antônio do Descoberto (7,25%), Planaltina (4,95%), Cidade Ocidental (3,20%), Luziânia (4,83%), Valparaíso de Goiás (4,56%) e Novo Gama (4,42%). A média de crescimento demográfico da região, no mesmo período, foi duas vezes maior que a média do Estado de Goiás. Entretanto, com a divulgação dos dados da contagem populacional de 2007, verificou-se uma tendência de perda de população nos municípios que exibiram, nos anos anteriores, maiores índices de crescimento demográfico.

Tabela 1 - Decréscimo populacional no Entorno do Distrito Federal - municípios selecionados

Municípios	Estimativa - 2006	Contagem - 2007	Perda populacional
Águas Lindas de Goiás	182.737	132.203	50.534
Cidade Ocidental	50.339	48.670	1.669
Luziânia	196.382	196.046	336
Novo Gama	100.685	82.344	18.341
Planaltina de Goiás	103.406	76.907	26.409
Santo Antônio do Descoberto	84.777	55.621	29.156
Valparaíso de Goiás	129.770	115.023	14.747

Fonte: IBGE (2006, 2007b).

Essa reversão na curva demográfica pode ter explicações exógenas e endógenas. Na primeira, a análise se volta para os espaços regionais que tradicionalmente enviaram migrantes para o Entorno do DF, a exemplo do Nordeste brasileiro. Há que se avaliar o impacto dos programas de transferência de renda e do crescimento vegetativo nos estados nordestinos. Se agruparmos o percentual de pessoas com mais de 50% do rendimento proveniente de transferências governamentais, para o Nordeste brasileiro, no ano de 1991, a menor faixa, com 358 municípios vai de 1,43% até 9,37%. Em 2000, considerando 359 municípios na menor faixa, o número passou de 5,27% a 16,86%. A maior faixa, no ano de 2000, agrupando 357 municípios, foi de 25,56% até 36,11%, porcentagem maior que a registrada em 1991, que foi de 14,99% até 31,20% (PNUD, 2000). O segundo fator, muito embora a avaliação ainda seja precoce, é a migração de retorno. Ao mesmo tempo em que a população dos maiores municípios do Entorno diminuiu, o Distrito Federal, em 2007, passou para 2.455.903 habitantes. Parte desse crescimento refere-se à migração de retorno do Entorno para o Distrito Federal, fato que tem relação direta com o surgimento de loteamentos para população de baixa em renda em Regiões Administrativas como Ceilândia. Independente das causas, o fato é que a divulgação dos dados da contagem provocou demandas por parte dos governos municipais, especialmente pela perda de recursos oriundos do Fundo de Participação dos Municípios. Ao confirmar a população de 132.203, Águas Lindas de Goiás deixa de compor a maior cota do FPM, que é destinada aos municípios acima de 156 mil habitantes³.

Historicamente, foi a transferência da população que estimulou a fragmentação municipal, o que causou impacto considerável no mercado imobiliário dos municípios goianos. A valorização imobiliária seguiu uma linha com seu pico no Plano Piloto e áreas adjacentes, como Lago Norte e Lago Sul, partindo para as Regiões Administrativas mais próximas, como Taguatinga e Águas Claras e estendendo-se até os municípios goianos mais próximos. Paviani (1987) relata que, especialmente a partir de 1970, as transações imobiliárias em Luziânia, município mais extenso da região naquele período tiveram o objetivo de "quebrar o uso da terra anterior", perspectiva de análise confirmada por Mello (1999). Caiado (2005) coloca a questão da seguinte maneira:

A atuação estatal do governo do Distrito Federal na restrição à ocupação em regiões centrais (por meio de controle das áreas de posse pública que seriam disponibilizadas para esta finalidade e de legislações de proteção ambiental) e na repressão à ocupação ilegal, com a remoção de população favelada, sem dúvida foi o principal condicionante da ocupação do entorno do DF.

Na leitura de Caiado (2005), ainda destacamos a referência ao papel dos governos municipais que facilitaram o deslocamento da população via flexibilização do mercado imobiliário e financiamento através do BNH (Banco Nacional da Habitação). Antigos loteamentos de Luziânia, como Cidade Ocidental, Valparaíso de Goiás e Novo Gama transformaram-se em cidades no ano de 1991, no caso do primeiro, e 1995 dos dois últimos. O antigo uso pecuário extensivo, especialmente nas áreas próximas da região, foi convertido para o uso urbano.

Essa breve incursão sobre os dados demográficos teve o propósito de preparar o terreno para a discussão da problemática da dependência do Entorno do DF. Isso porque, em diferentes momentos, o crescimento demográfico foi tomado como causa dos proble-

³ "A partir de 1989, o IBGE passou a ter a obrigação legal de fornecer anualmente estimativas municipais de população residente, em cumprimento a dispositivo constitucional, regulamentado pela Lei Complementar n. 59, de 22 de dezembro de 1998. Além disso, de acordo com o que estabelece o Artigo 102, da Lei n. 8.443, de julho de 1992, o IBGE passou a publicar no Diário Oficial da União, até 31 de agosto de cada ano, a relação das estimativas populacionais para estados e municípios, e, até 31 de outubro, a encaminhar ao Tribunal de Contas da União essa relação, que aquele Tribunal utiliza como um dos critérios para a repartição do Fundo de Participação dos Municípios – FPM". IBGE (2007b).

mas sociais da região. Essa compreensão não é nova. A preocupação com o crescimento demográfico já se fazia presente, por exemplo, nas estratégias da SUDECO (Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste), por meio da criação do PERGEB (Programa Especial da Região Geo-Econômica de Brasília) que elaborou uma proposta de intervenção regional tendo como parâmetro várias escalas de ação. Como coloca Estevam (1998, p. 169), ao analisar o papel da Geo-Econômica de Brasília:

O cerne da propositura esteve no equacionamento da urbanização de Brasília e no interesse de dinamizar as zonas circunvizinhas notadamente na parte centro-sul de Goiás. O pressuposto era de que a problemática urbana de Brasília ultrapassava o seu contexto geográfico, devendo ser 'fortalecidos' os núcleos urbanos periféricos para minimizar migrações dirigidas à capital.

Entretanto, a estratégia não logrou o resultado esperado. Mas será que o problema mereceria tanta atenção não fosse o fato de parte significativa de essa população migrar diariamente para trabalhar e/ou utilizar os serviços no DF? O problema que intriga, então, não parece estar no crescimento da população do Entorno do DF, mas no padrão migratório que insiste em lembrar que Brasília foi construída em uma região periférica de um país subdesenvolvido e, portanto, não poderia, jamais, funcionar como uma ilha da fantasia.

A MOBILIDADE COMO DEFINIDORA DO ENTORNO DO DF

A problemática demográfica nos municípios do Entorno do DF não pode ser analisada separada da análise da mobilidade intra-regional. Geralmente, a mobilidade, traduzida pelo deslocamento de parte da população dos municípios goianos para o DF, é utilizada como prova incontestada dessa dependência. É como se o foco do problema estivesse na figura do migrante. Conceitualmente, existem muitos estudos sobre mobilidade na geografia, dentre os quais podemos citar Massey (2000) e Levy (2002). Este último considera a mobilidade como uma relação social que envolve uma *acessibilidade* (presença de sistemas de circulação) e uma *competência* (acesso a partir do preço). Essas duas variáveis formam, ainda segundo Levy (2002), um capital social indispensável para os indivíduos. O acesso mínimo a esse capital social é o que garante o deslocamento da força de trabalho e a reprodução das relações sociais no espaço regional. Desse modo, é preciso, sempre, qualificar os sujeitos que deslocam. Não se trata, apenas, das horas perdidas no deslocamento diário, mas de horas que são somadas ao processo de exploração do trabalho.

Estudos sobre mobilidade pendular para trabalho e/ou estudo do IBGE, demonstram claramente que esse deslocamento ocorre em outros espaços metropolitanos, a exemplo de Goiânia. No caso do Entorno do DF, a população dos municípios de Águas Lindas de Goiás, Valparaíso de Goiás, Luziânia, Novo Gama e Cidade Ocidental, foi a que mais migrou. Na Cidade Ocidental, para ficar no exemplo mais ilustrativo, os números são os seguintes: dos 40.377 habitantes em 2000, 12.740 não trabalhavam e nem estudavam, 661 trabalhavam e/ou estudavam no próprio município e outros 9.655 estudavam e/ou trabalhavam em outra unidade da federação, o que leva a supor que seja o DF. Os dados a seguir corroboram esse argumento.

Tabela 2 - Utilização dos serviços no Distrito Federal pela população da RIDE – 2003

Serviços do Distrito Federal	População do Entorno que utiliza os serviços do DF (%)
Hospitais públicos	51,2
Postos de saúde	20,0
Trabalho	32,6
Estudo	7,9
Compras – alimentação	9,3
Compras – eletrodomésticos	33,8
Compras – roupas e calçados	32,5

Fonte: GDF (2006).

As informações podem ser agrupadas em dois conjuntos. O primeiro é a utilização dos serviços de saúde no DF e o segundo o trabalho e as compras. No caso do segundo grupo, o que a economia ensina é que a intensa mobilidade leva, de igual forma, à progressiva transferência de renda para os espaços receptores. A hipótese é a seguinte: se a renda de milhares de moradores do Entorno do DF é proveniente do trabalho no pólo (Brasília), podemos supor que parte dessa renda é drenada nos inúmeros serviços que são acionados cotidianamente no espaço receptor. Os gastos com transporte, alimentação, compras, estudos, entre outros, podem comprovar essa hipótese. Ao lado dessa drenagem de renda também existe a utilização de serviços públicos, especialmente os médico-hospitalares, foco maior da crítica. Essa contabilidade, certamente, não é tão simples. A população usa os serviços por diversos motivos: pela qualidade da oferta, pela ausência desses serviços nos municípios goianos ou mesmo porque essa população já passa maior parte do dia no DF, o que torna o acesso mais fácil. Em 2006, foram feitos 2.273.384 atendimentos de emergência nos hospitais do DF. Desse total, 250.077 de pacientes residentes em municípios goianos, o que equivale a 11%. No que se refere às internações, no mesmo ano, os hospitais do DF atenderam 110.513 pessoas, sendo 21.756 provenientes dos municípios goianos, o que equivale a 19,68% (GDF, 2006b). Matéria publicada recentemente no Correio Brasiliense, no caderno *Cidades*, relata que os gastos com os pacientes do Entorno Goiano na rede pública de saúde do DF chega a 1,5 bilhões de reais por ano, o que corresponde, segundo a matéria, à metade do orçamento da saúde do DF. Basta comparar esses dados com as informações sobre internações e atendimento de emergência para observar a incongruência em relação aos números divulgados⁴.

⁴ É preciso considerar nesse cálculo os repasses pelo Sistema Único de Saúde, provenientes dos atendimentos das pessoas dos municípios goianos na rede de saúde do DF.

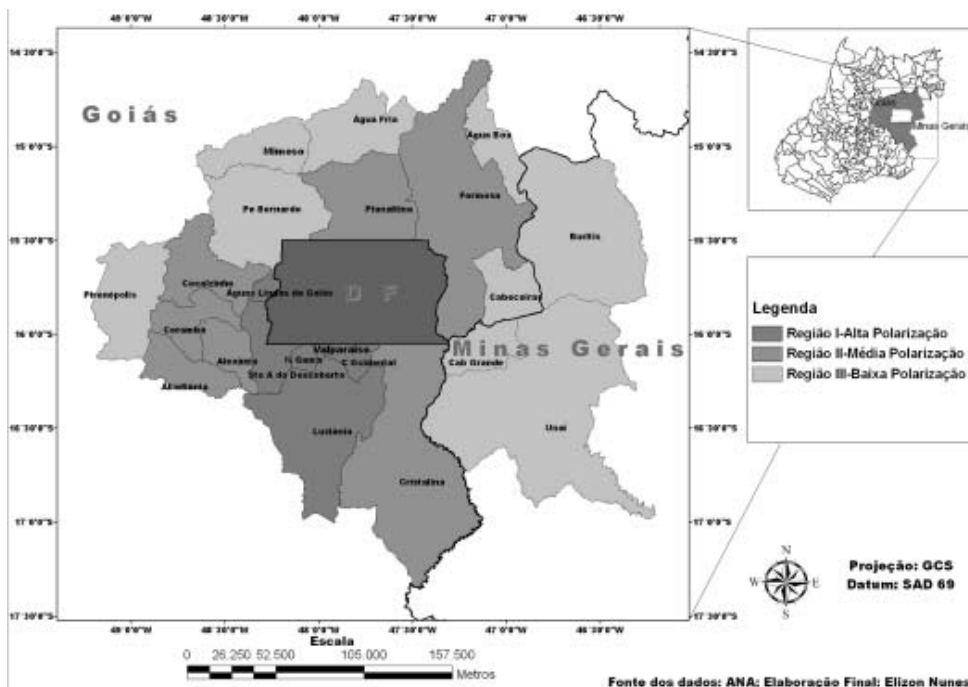


Figura 1 – A RIDE e as regiões polarizadas

Especialmente, a análise dos dados demonstra uma diferenciação funcional na integração dos municípios, o que significa dizer que o Entorno do DF não é homogêneo quanto aos fluxos e que as regionalizações da RIDE (Região Integrada de Desenvolvimento) e do IBGE, por exemplo, impõem uma visão homogênea da região. Pesquisa desenvolvida pela CODEPLAN (GDF, 2003), intitulada *Brasília e sua região polarizada*, constatou uma integração diferencial dos municípios do Entorno do DF. A pesquisa estabeleceu três regiões, segundo nível de polarização, assim definidas e representadas na figura 1: alta polarização, média polarização e baixa polarização.

Na região I, de alta polarização (Águas Lindas de Goiás, Cidade Ocidental, Luziânia, Novo Gama, Santo Antônio do Descoberto e Valparaíso de Goiás), 40,9% da população, em 2003, morou anteriormente no DF. Do ponto de vista do trabalho, na região I, 53,7% trabalham no DF. Esses dados corroboram com análise de Caiado (2005), que classifica um *entorno próximo* e um *entorno distante*. No primeiro, localizam-se os municípios da faixa sudoeste e o segundo são municípios mais distantes. Esses dados vão ao encontro dos argumentos de Teixeira Neto (2004), que adverte sobre os perigos de uma visão homogeneizadora da região, lembrando as diferenças ambientais, econômicas e culturais entre o entorno norte e o entorno sul/sudoeste⁵.

⁵ Teixeira Neto (2004) faz uma dura crítica à ideia do Estado do Planalto Central, englobando a região do Entorno do DF e a região do Vão do Paraná. Vejamos um dos argumentos do autor: "Até mesmo a expressão 'Estado do Planalto Central' é incoerente para designar o suposto Estado, porque o norte se situaria num imenso 'vão' (a depressão do rio Paraná) e o sul num imenso planalto – o Planalto Central propriamente dito".

Tabela 3 - Locais de trabalho e de estudo – municípios do Entorno por região – 2003

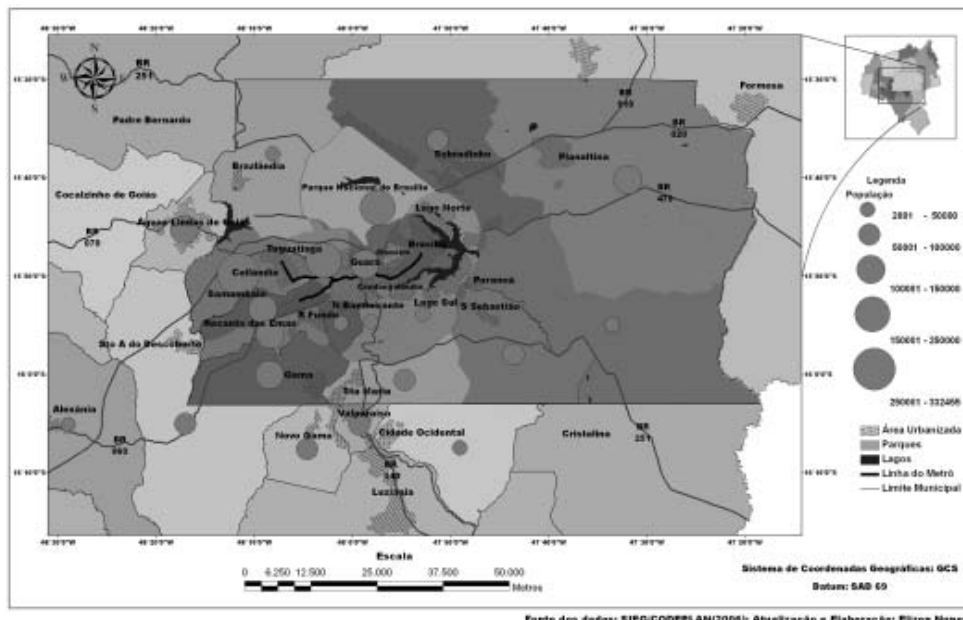
LOCAIS	TRABALHO				ESTUDO			
	Total	Região			Total	Região		
		I	II	III		I	II	III
Distrito Federal	36,2	53,7	19,5	2,4	7,9	10,7	2,4	1,5
Entorno	62,0	44,6	78,1	96,5	86,8	82,0	96,4	97,3
Outros locais	1,3	1,2	1,7	1,0	5,2	7,3	0,9	1,1
Distrito Federal e Entorno	0,4	0,5	0,6	0,1	0,1	--	0,2	0,1
Total	100,00	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: GDF (2003).

O reconhecimento dessa integração diferencial é fundamental para a compreensão do arranjo urbano dos municípios do Entorno do DF. A citada pesquisa da CODEPLAN (GDF, 2003) fornece pistas importantes para uma leitura da heterogeneidade dessa região. Por partir da mobilidade como parâmetro definidor da região, essa regionalização se ateve mais aos fluxos do que a qualquer outro critério definidor, seja o administrativo, o econômico, o social ou o ambiental. Considerando os municípios da RIDE, por exemplo, existem diferenças no grau de urbanização, no crescimento geométrico da população e na base econômica. Nos municípios da região II e III constata-se maior peso na atividade agropecuária, menor renda média, menor acesso aos serviços públicos e infra-estrutura urbana do que nos municípios da região I. Além disso, os municípios da região I são aqueles mais próximos geograficamente do DF e, respectivamente, mais distantes de Goiânia. Valparaíso de Goiás, por exemplo, dista 176 km de Goiânia e 31 km do DF.

Outro ponto a destacar é o arranjo do DF que se estende para os municípios do entorno, reforçando, como no caso de Cidade Ocidental e Valparaíso de Goiás, a fragmentação intra-municipal. Na verdade estamos tratando de duas escalas de fragmentação. A primeira é a do próprio DF, que se apresenta, do ponto de vista da renda, do acesso aos serviços e à infra-estrutura urbana, bastante fragmentado. A estratificação social e sua correspondente espacial também ocorre no interior do DF. Enquanto que em Sobradinho, Itapoã e Parque Way, 42,9%, 39,7% e 38,7% da população receberam até 1 salário mínimo, no Lago Sul, Lago Norte e Brasília, 59,7%, 51,3% e 28,6%, recebem mais de 20 salários mínimos, em 2004 (GDF, 2006). A setorização da riqueza é muito forte no Distrito Federal, bastando para isso uma visita ao Lago Sul ou Lago Norte. A segunda escala é a dos municípios do entorno, especialmente os mais próximos da fronteira do DF. Em função da demanda por moradia, já se pode identificar, em municípios como Novo Gama, Valparaíso de Goiás e Cidade Ocidental, um segmento especializado em atender à demanda do DF. Ao atender essa demanda, o mercado imobiliário produz uma diferenciação no espaço, uma vez que a linha da valorização passa a ser correlata à proximidade da fronteira do DF.

Enfim, a ênfase que se coloca na dependência dos municípios do Entorno do DF, especialmente a partir do final da década de 1990, deve ser contextualizada de um modo a perceber as estreitas relações econômicas, ambientais e sociais que particularizam essa região.



Fonte dos dados: SIEG/CODEPLAN(2004); Atualização e Elaboração: Elizon Nemes

Figura 2 – DF e municípios goianos selecionados

A CONTRAPROVA DA DEPENDÊNCIA: ALGUMAS HIPÓTESES

Se a mobilidade é utilizada para evidenciar a dependência, supomos que essa mesma mobilidade possa servir para compreensão das complementaridades entre os municípios goianos e o DF. De forma simples, para provocar o debate, levantaremos quatro pontos que colocam em relevo essas complementaridades.

- A migração pendular guarda relação com a demanda por moradia no DF. O mercado imobiliário encontra em municípios goianos como Cidade Ocidental, Valparaíso de Goiás e Novo Gama, alternativa para atender a demanda solvável do DF, já que essas áreas estão mais próximas do pólo empregador. Não por acaso, a renda média dessas três cidades está entre as maiores do Entorno do DF. Em Valparaíso de Goiás, no ano de 2000, o valor do rendimento nominal médio foi de 870,96 reais e da Cidade Ocidental 715,32 reais. O valor médio de Goiás, nesse mesmo ano, foi de 688,88 reais (GOIÁS, 2006). Esses municípios localizam-se na região I (tabela 2), o que nos leva a deduzir que essa renda é influenciada pelo trabalho realizado no DF. Assim, há de se reconhecer um padrão diferencial da migração que vem ocupando de forma heterogênea, segundo estratos de renda, o Entorno do DF. Argumentamos que essas cidades funcionam como um prolongamento do tecido urbano, sem o qual ocorreria uma maior pressão (densificação) no espaço intra-urbano do DF e, por consequência, da infra-estrutura urbana, como vem ocorrendo em Taguatinga e, mais recentemente, em Águas Claras.
- A garantia de abastecimento de água do DF depende da oferta da barragem do Rio Descoberto, localizada na divisa com Águas Lindas de Goiás. Estima-se que mais de 64% da oferta de água do DF origina-se dessa barragem. Muito embora abrigue nascentes das principais bacias hidrográficas brasileiras, são conhecidas

as limitações, do ponto de vista do volume de água, para que o DF supra de água potável uma população de mais de 2,2 milhões de habitantes. A expansão urbana em Águas Lindas de Goiás, com a criação de loteamentos e a atividade agrícola, colocam em risco a qualidade da água, o que exige políticas integradas nos diferentes níveis de governo. Esse fato levou o Governo do DF, juntamente com o Governo de Goiás e o Governo Municipal de Águas Lindas de Goiás, a discutir políticas na área de saneamento. Ironicamente, apesar de abastecer o DF, Águas Lindas de Goiás é um dos municípios goianos com menor porcentagem de atendimento de água tratada e esgotamento sanitário.

- c) Forma semelhante à questão do abastecimento de água, ocorre com o fornecimento de energia elétrica para o DF. De acordo com o Plano Diretor de Ordenamento Territorial do Distrito Federal (GDF, 2000): "O DF é suprido por energia elétrica proveniente do sistema Sul/Sudeste, por meio de três linhas de transmissão, originárias de Furnas Centrais Elétricas e Itaipu". A hidrelétrica de Corumbá IV, cujo lago atinge municípios de Luziânia, Santo Antônio do Descoberto, Alexânia, Abadiânia e Silvânia) foi construída para atender, fundamentalmente, a demanda do DF. Assim, a economia do DF é dependente da importação de energia e parte dela vem de em Goiás.
- d) Quando associamos a população do DF à sua área (5.783 km²), logo pensamos na questão do abastecimento interno. A Pesquisa Agrícola Municipal do ano de 2006 demonstra que o DF abrigava 0,3% do valor da produção agrícola brasileira. Seja em relação às lavouras temporárias ou mesmo às permanentes, é fácil perceber que a produção não atende a demanda interna (IBGE, 2005). Para se ter uma idéia, a produção de grãos do DF é menor que a do município de Cristalina, por exemplo. Essa pouca expressividade também ocorre na pecuária. O rebanho leiteiro, no ano de 2006, só perde para o estado de Roraima e Amapá (IBGE, 2005b). Em 2005, o rebanho bovino foi de 102.320 cabeças e o suíno de 112.719 cabeças, dados distantes de municípios como Formosa, Luziânia, Planaltina ou Cristalina (IBGE, 2005b). Essa situação se repete em segmentos da indústria alimentar. O Plano Diretor de Ordenamento Territorial do Distrito Federal (GDF, 2000), ao caracterizar as atividades econômicas, aponta para a "necessidade de expansão das atividades industriais para além da fronteira do Distrito Federal. A região do Entorno, cada vez mais integrada espacialmente ao DF, aparece como alternativa natural e complemento necessário". A situação pode ser assim resumida: um território muito populoso, com alto poder de consumo e com limitações para a expansão das atividades agropecuária e industrial, o que provoca dependência do mercado externo.

Os quatro pontos ainda podem ser analisados à luz da influência das transferências governamentais. Observando a participação das atividades econômicas no valor adicionado, em 2003, percebe-se que o setor da administração pública, defesa e seguridade social, foram responsáveis por 59,0% das atividades econômicas no DF. Em Goiás, o impacto desse setor foi de 14,3%. A segunda atividade econômica com maior impacto no DF foi da intermediação financeira, com 14,2%. Em Goiás, estado onde a agropecuária e a indústria de transformação são as atividades mais fortes com 21,9% e 18,6%, respectivamente, a intermediação financeira respondeu por apenas 4,2%. (IBGE, 2003). Esse perfil econômico resulta da função político-administrativa do DF, com fraca participação do setor agropecuário e industrial. O fato de abrigar a função político-administrativa, de sediar os poderes constituídos e importantes empresas estatais e agentes financeiros, implica no aumento do seu produto econômico. Para se ter uma idéia dessa importância, em 2000, as despesas consolidadas do Governo Federal no DF foram da ordem de 433.885.661 (1000 R\$). Esse valor corresponde a 97,9% das despesas consolidadas do Governo Federal em todo o Centro-Oeste brasileiro. O peso dessas transferências é o que contribui para que o DF tenha a maior renda *per capita* do país. Em 2003, a renda *per capita* foi 33% maior que a renda do Rio de Janeiro, segundo colocado, e mais que o dobro da renda brasileira. Mas, visto de outro modo, a influência do poder público federal é resultado de uma lógica

econômica exógena, uma vez que essa renda é drenada das demais unidades da federação, o que é reforçado pelo modelo tributário centralizador com pouco espaço para políticas descentralizadas.

Essas hipóteses só reforçam a necessidade de se pensarem políticas integradas para a região do Entorno do DF, como assinalado por vários autores (PAVIANI, 1999; STEINBERGER, 1999; FERREIRA, 1999; ARRAIS, 2007). Do ponto de vista das políticas governamentais, a institucionalização da RIDE (Região Integrada de Desenvolvimento) em 1998 e a preocupação da PNDR (Política Nacional de Desenvolvimento Regional) que reconheceu o Entorno do DF como uma *região diferenciada* para ação, indica que a preocupação governamental ainda existe. Essas preocupações reaparecem com mais força, de tempos em tempos, quando a região ganha destaque na mídia nacional, como ocorreu recentemente no caso da violência⁶. Basta observar as manchetes do Caderno Cidades, do jornal Correio Brasiliense, do mês de outubro, para comprovar o interesse da imprensa pela região. Mas não existem respostas fáceis para a problemática do entorno. A própria escala dessa problemática (municipal, regional, nacional) é de difícil definição. Uma saída, ao lado da discussão política, é fomentar a criação de centralidades nos municípios da região, o que terá impacto na geração de emprego a curto prazo. Essas centralidades podem nascer tanto da atividade industrial quanto da agricultura. Também no curto prazo, é preciso investir na infra-estrutura urbana, especialmente no saneamento e nos equipamentos de saúde e lazer para melhorar a qualidade de vida da população.

PARA CONTINUAR REFLETINDO

E o povo declarava que João de Santo Cristo era santo porque sabia morrer
E a alta burguesia da cidade não acreditou na estória que eles viram na TV
E João não conseguiu o que queria quando veio pra Brasília, com o diabo ter
Ele queria era falar pro presidente,
Pra ajudar toda essa gente
Que só faz sofrer.

Faroeste Caboclo, Legião Urbana

A epígrafe que inicia o artigo ilustra o papel do migrante no arranjo urbano do DF. João de Santo Cristo é uma espécie de síntese do complexo movimento migratório que teve início na década de 1950, com a chegada dos candangos e o começo das obras da capital. A diferença é que João de Santo Cristo migrou no momento em que a capital federal já estava consolidada. Seu momento é diferente daquele vivido pelos candangos nos diversos canteiros de obras da capital, mas os sonhos e decepções são semelhantes. O que não se deve deixar escapar é a necessidade de qualificar os migrantes. Isso implica dizer que os grupos migraram por motivos distintos e também foram ocupando lugares diferentes, o que provocou uma das mais fortes especializações funcionais, seja na escala intra-urbana ou intra-regional, do território brasileiro. Não por acaso, João de Santo Cristo foi morar em Taguatinga e trabalhar na construção civil, diferente dos funcionários públicos do alto escalão, políticos ou mesmo representantes da diplomacia, bem abrigados no Plano Piloto, no Lago Sul e Lago Norte, entre outros lugares. Hoje, possivelmente seu

⁶ A região do Entorno do DF, durante o mês de setembro de 2007, compareceu com frequência no noticiário regional e nacional. As manchetes destacaram uma das maiores taxas de homicídios do Brasil, especialmente entre jovens. Essa situação levou os Governos de Goiás e do DF a solicitar, a partir de outubro, a atuação da Força Nacional de Segurança Pública na região.

destino mais provável seria Águas Lindas de Goiás ou outro município do Entorno do DF. Também teria dificuldades de encontrar trabalho e engrossaria a fila de pessoas que procuram emprego diariamente no DF.

Enfim, não há como pensar na idéia de dependência sem destacar o papel da migração. Na verdade, quando se culpa os municípios do Entorno do DF pelos problemas do Distrito Federal (violência, desemprego, informalidade, pressão nos serviços públicos etc.), se culpa os migrantes. É mais fácil culpá-los a admitir a ineficiência das políticas governamentais, seja do Estado de Goiás, do GDF (Governo do Distrito Federal) ou mesmo do Governo Federal. O fato é que João de Santo Cristo não conseguiu falar com o presidente. Nisso ele é diferente dos candangos do início da construção que conseguiram, no cotidiano das obras, acenar para Juscelino Kubitschek, quanto este visitava as obras da capital. As diferenças acabam por aí.

REFERÊNCIAS

- ANJOS, Rafael Sanzio Araújo dos. Estruturas básicas das dinâmicas territoriais no DF. In.: PAVIANI, A. ; GOLVEA, L. A. C. (Org.). **Brasília: controvérsias ambientais**. Brasília: Editora da UNB, 2003. p. 199-215.
- ARRAIS, T. Alencar. **A região como arena política**. Goiânia: Editoria Vieira, 2007. 258p.
- CAIADO, Maria Célia Silva. Estruturação intra-urbana na região do Distrito Federal e Entorno: a mobilidade e a segregação socioespacial da segregação. **Revista Brasileira de Estudos de População**. São Paulo, v. 22, n.1, jan./jun., 2005. p. 55-88.
- ESTEVAM, Luis. **O tempo da transformação**. Goiânia: Editora do Autor, 1998. 210 p.
- FERREIRA, Ignez Costa Barbosa. Gestão do território e novas territorialidades. In.: PAVIANI, A. (Org.). **Brasília – gestão urbana, conflitos e cidadania**. Brasília: Editora da UNB, 1999. p.135 - 144.
- GDF – Governo do Distrito Federal. **Anuário Estatístico do DF**. Brasília: GDF / DEDUH, 2000. 260 p.
- _____. **Plano Diretor de Ordenamento Territorial do DF**. Brasília: CODEPLAN, 2000. 80 p.
- _____. **Brasília e sua região polarizada**. Brasília: CODEPLAN, 2003. 65 p.
- _____. **Distrito Federal – síntese de informações sócio-econômicas**. Brasília: CODEPLAN, 2006. 260 p.
- _____. **Relatórios Estatísticos Mensais do DRS – 2006b**. Disponível em: www.saude.df.br/. Acesso em 10 de outubro de 2007.
- GOIAS. **Anuário estatístico – 2005**. Goiânia: SEPLAN, 2006. 580 p.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo demográfico - 1970, 1980, 1991 e 2000**. IBGE. Rio de Janeiro.
- _____. **Contas regionais do Brasil – 2003**. Rio de Janeiro: IBGE, 2003. 88 p.
- _____. **Produção agrícola municipal**. Volume 32. Rio de Janeiro: IBGE, 2005. 101 p.
- _____. **Produção pecuária municipal**. Volume 33. Rio de Janeiro, IBGE, 2005b. 115 p.
- _____. **Estimativas da população dos municípios 2006**. Rio de Janeiro: IBGE, 2006. 119 p.

_____. **Aspectos da contagem da população 2007**. Rio de Janeiro: IBGE, 2007b. 10p.

LEVY, Jacques. Os novos espaços da mobilidade. **Geographia**. Niterói, Ano 3, n. 6., p. 5-14, 2002.

MASSEY, Doreen. Um sentido global do lugar. In: ARANTES, A. O. **O espaço da diferença**. Campinas: Papiurus, 2000. p. 28 a 37.

MELLO, Marcelo de. **Luziânia**: a fragmentação território de um município do Entorno de Brasília. 1999. 128 f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Goiânia: UFG, IESA, 1999.

PAVIANI, Aldo. **Urbanização e metropolização**. Coleção Brasília. Brasília: Editora da UNB, CODEPLAN, 1987. 251 p.

_____. (Org.). **Brasília – gestão urbana, conflitos e cidadania**. Brasília: Editora da UNB, 1999. 293 p.

PNUD. Programa das Nações Unidas para o desenvolvimento. **Atlas do desenvolvimento humano**. 2000. Disponível em: <http://www.pnud.org.br/atlas/>. Acessado em 15 de out. de 2007.

SANTOS, Milton. **A cidade nos países subdesenvolvidos**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965. 176 p.

STEINBERGER, M. Formação do aglomerado urbano de Brasília no contexto nacional e regional. In: PAVIANI, A. (Org.). **Brasília – gestão urbana, conflitos e cidadania**. Brasília: Editora da UNB, 1999. p. 23-54.

TEIXEIRA NETO, Antônio. Estado do Planalto: para quê? **O Popular**. 06/01/2004. Disponível em: www.obsevatoriogeogoiias.com.br/artigos. Acesso em 20 de out. de 2007.

Recebido em dezembro de 2007

Aceito em abril de 2008